

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.412 - RJ (2019/0251133-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : LONILDA DE ARAUJO FERREIRA
ADVOGADOS : JULIANA NUNES VIEIRA LEITE - RJ171926
LORENA CARVALHO DE CASTRO MARTINS - RJ136514
AGRAVADO : CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL GREEN HOUSE I
ADVOGADO : FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS MILHEIRO - RJ125997
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : CÍNTIA DE FREITAS GOUVÊA - RJ051050
DANIELLE DE CARVALHO PÓVOAS DA SILVA - RJ094373

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO MONITÓRIA. CONDOMÍNIO EDILÍCIO. DESPESAS CONDOMINIAIS. OBRIGAÇÃO *PROPTER REM*. OFENSA A ENUNCIADO SUMULAR. SÚMULA Nº 518 DO STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. SÚMULA Nº 284 DO STF. INADMISSÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 1.030, I, *b*, DO NCPC (ART. 543-C, PARÁGRAFO 7º, INCISO I DO CPC/73). AGRADO INVIÁVEL EM HIPÓTESES DE INADMISSÃO COM FUNDAMENTO NA APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO FIRMADO EM JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS (ART.1.042 DO NCPC) POR SE TRATAR DE ERRO GROSSEIRO. AGRADO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO RESIDENCIAL GREEN HOUSE I (CONDOMÍNIO) ajuizou ação monitória contra JOSÉ LUIZ DE ALBUQUERQUE FERREIRA (JOSÉ LUIZ) e LONILDA DE ARAÚJO FERREIRA (LONILDA), em decorrência de débito em relação às cotas condominiais referente ao período compreendido entre abril do ano de 2000 até maio de 2007.

O pedido inicial foi julgado procedente (e-STJ, fls. 181/184).

Os embargos declaratórios opostos por JOSÉ LUIZ e outra foram desprovidos (e-STJ, fl. 199)

O Tribunal fluminense deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto por JOSÉ LUIZ e LONILDA para reconhecer a prescrição dos débitos cobrados do período de abril de 2000 até maio de 2002. O acórdão ficou assim ementado:

Superior Tribunal de Justiça

APELAÇÃO CÍVEL. CONDOMÍNIO EDILÍCIO. AÇÃO MONITÓRIA. COTAS CONDOMINIAIS. OBRIGAÇÃO PROPTER REM. LEGITIMIDADE PASSIVA DO PROPRIETÁRIO REGISTRAL. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO. Como é cediço, as despesas condominiais configuram obrigação propter rem, de modo que a responsabilidade pelo seu pagamento é daquele que ostenta a qualidade de proprietário do bem imóvel. No caso dos autos, de acordo com o documento de fls. 15, os réus figuram como legítimos proprietários do imóvel, por força de contrato de compra e venda datado de 20 de novembro de 1998. Sendo assim, ainda que os réus afirmem que teria ocorrido o desfazimento do negócio, não há como se afastar a validade da Certidão expedida pelo Registro Geral de Imóveis. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. Os débitos cobrados do período de abril de 2000 até maio de 2002 foram alcançados pela prescrição tendo em vista a data de ajuizamento da demanda que ocorreu em 24 de maio de 2007. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO (e-STJ, fl. 233).

Irresignados, JOSÉ LUIZ e LONILDA interpuseram recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, apontando ofensa à Súmula nº 375 do STJ e aos arts. 131, 333, I, e 535 do CPC/73 e arts. 422 e 427 do CC/02, bem como dissídio pretoriano, por entenderem, em suma, que (1) houve negativa de prestação jurisdicional acerca das questões apontadas na ocasião da oposição dos embargos de declaração; (2) a obrigação de pagamento da taxa condominial decorre da posse, razão pela qual o comprador não pode ser responsabilizado antes do recebimento das chaves. Afirmaram que o conjunto fático-probatório não foi adequadamente apreciado e ressaltaram a inexistência de solidariedade (e-STJ, fls. 243/259)

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fl. 270)

O apelo nobre não foi admitido sob os fundamentos de aplicação dos arts. 1.030, I, *b* e 1.040, I, do NCPC, sistemática dos recursos repetitivos, bem como, pela incidência da Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 272/276).

LONILDA interpôs agravo em recurso especial, afirmando a violação dos dispositivos de lei federal e a divergência pretoriana. Afirmou, ainda, inaplicabilidade do óbice sumular. No mais, repisou as razões do apelo nobre (e-STJ, fls. 298/306).

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 315).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso foi interposto contra decisão

Superior Tribunal de Justiça

publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da alegada ofensa ao enunciado sumular

O recurso especial não constitui via adequada para análise de eventual contrariedade a enunciado sumular, por não estar compreendido na expressão "lei federal", constante do art. 105, III, a, da CF, conforme previsto na Súmula nº 518 desta Corte: *Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.*

(1) Da alegada violação do art. 1.022 do NCPC

No que diz respeito à alegada negativa de prestação jurisdicional acerca das questões apontadas, tem-se que não foram opostos os embargos de declaração após o acórdão recorrido, razão pela qual é aplicável a Súmula nº 284 do STF à espécie.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS AMBIENTAIS E URBANÍSTICOS. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC/73. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO OPOSTOS CONTRA O ACÓRDÃO LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. TESES JURÍDICAS QUE NÃO FORAM SUBMETIDAS À DISCUSSÃO PERANTE O TRIBUNAL A QUO. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADOS. SÚMULA 283/STF. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A recorrente não opôs os competentes embargos declaratórios perante o Tribunal de origem. Logo, revela-se deficiente a fundamentação do recurso que indica violação ao art. 535 do CPC/73, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF.

[...]

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 13.188/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, j. 14/6/2016, DJe 24/6/2016 - sem destaque no original)

Superior Tribunal de Justiça

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO RECORRIDA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356/STF. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. O óbice da Súmula n. 284/STF impede o seguimento do recurso especial fundamentado em suposta violação do art. 535 do CPC/1973, na hipótese em que o recorrente não opôs embargos de declaração na origem, para ver sanado eventual vício do acórdão recorrido.

[...]

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 809.394/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 7/6/2016, DJe 13/6/2016 – sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERIDA.

1. Não havendo oposição de embargos de declaração na origem, resta inviabilizado o conhecimento da tese de negativa de prestação jurisdicional. Precedentes.

2. A ausência de enfrentamento da matéria objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento. Incidência da Súmula 282/STF. 3. Majorados para 16,5% (dezesseis e meio por cento) os honorários sucumbenciais, não há que se falar em afronta aos limites previstos no art. 85, §§ 2º e 11, do CPC/2015.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.385.697/MA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 27/5/2019, DJe 3/6/2019 – sem destaques no original)

(2) Do art. 1.042 do NCPC

Com o advento do NCPC aos 18/3/2016 passou a existir expressa previsão legal no sentido do **não cabimento de agravo contra decisão que inadmite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo, in verbis:**

Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso

Superior Tribunal de Justiça

extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outor de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.

3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte vencida.

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.

Superior Tribunal de Justiça

(AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016 – sem destaque no original)

No caso dos autos, o julgado recorrido vai ao encontro com a orientação assentada pela Segunda Seção do STJ no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.345.331/RS - Tema 866 do STJ.

Portanto, o agravo não pode ser conhecido, nesse ponto, por constituir erro grosseiro.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de LONILDA, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator